



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

EDITAL
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº006/2025		PROCESSO ADMINISTRATIVO: 094/2025	
Data da sessão		Dia 05/02/2026	
Horário da sessão		às 09h00min horário de Brasília/DF	
Local: www.licitanet.com.br			
OBJETO:			
Registro de preços para futura aquisição de materiais e equipamentos de informática , destinados ao atendimento das necessidades estruturais da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, pelo período de 12 (doze) meses.			
Valor total estimado		LANÇE MÍNIMO	
R\$ 134.836,70 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta centavos).		R\$ 1,00	
Registro de Preços:		Instrumento Contratual:	
Sim		Sim	
		Critério de Julgamento:	
		menor preço por item	
Documentos de Habilitação (veja item 17 a 17.7 deste Edital)*			
Regime de execução: Fornecimento parcelado.		Requisitos Específicos: Item 17.6. do Edital -Apresentar 02 (dois) atestados de capacidade técnica, sendo pelo menos 01(um) comprovando aptidão para o fornecimento de objeto específico da licitação, emitido por pessoa Jurídica de direito público ou privado.	

*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicado.

Modo de disputa	Prioridade regional/local	Item exclusivo para me/epp?	
ABERTO	SIM	SIM	
Pedido de Esclarecimentos e Impugnações			
Até 03/02/2026, exclusivamente pelo e-mail: camaramunicipalsmgro@hotmail.com , conforme disposições deste Edital.			
AVISO			
*Recomenda-se aos licitantes a leitura atenta de todas as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos, com vistas à adequada e regular participação no certame.			



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

EDITAL DE LICITAÇÃO
(LEI 14.133/2021)
Pregão Eletrônico nº006/2025
Processo Administrativo 094/2025
Sistema Registro de Preços

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais de informática**, destinados ao atendimento das necessidades estruturais da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no **Termo de Referência e demais partes integrantes deste Edital**, independentemente de transcrição.

1.2. O fornecimento será realizado, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de **Ordens de Fornecimento**, no prazo máximo de 03 (três) dias, durante a vigência da Ata de Sistema de Registro de preços.

1.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes no sistema eletrônico www.licitanet.com.br, e aquelas previstas neste Edital e seus anexos prevalecerão as disposições do Edital.

2. DO PREÂMBULO

2.1. A Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, por intermédio de seu Pregoeiro (a), designado pela Portaria nº001 de 02 de Janeiro de 2025, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** sob o nº **006/2025**, do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos em conformidade com a Lei Federal nº**14.133**, de 1º de abril de 2021, e demais exigências deste Edital.

2.2. Presume-se que o presente Edital de Licitação, foi cuidadosamente examinado pelos licitantes, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens.

2.3. A sessão inaugural deste Pregão Eletrônico será realizada por meio do sistema eletrônico no endereço www.licitanet.com.br, na data e horário, indicados neste Edital.

Pregoeiro (a) :	Soleni Alves Valadão
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	23/01/2026, às 09h00min (horário de Brasília/DF).
LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	04/02/2026, às 00h00min (horário de Brasília/DF).
<u>DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:</u>	<u>05/02/2026, às 09h00min (horário de Brasília/DF).</u>



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

2.3.2. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro (a) aos licitantes:

2.4. Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Objeto da Licitação.

ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial.

ANEXO III – Termo de referencia.

ANEXO IV – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO V - Modelo de declaração Conjunta.

ANEXO VI - Modelo de declaração de enquadramento em regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP).

ANEXO VII – Termo de compromisso.

ANEXO VIII – Minuta de Contrato.

3. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

3.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo N° 094/2025** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema Eletrônico da Licitanet (www.licitanet.com.br).

4.2. No ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades de natureza compatível ao objeto de licitação.

4.3. Para verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.

4.4. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da LICITANET – Licitações On-line. Site **WWW.LICITANET.COM.BR**

4.5. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro da Câmara do Município de São Miguel do Guaporé - RO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “LICITANET” constante na página da internet www.licitanet.com.br.

4.6. A licitante que não estiver cadastrada deverá realizar seu cadastramento na plataforma, atendendo aos procedimentos nela previstos para acesso e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

operacionalização do sistema, inclusive autorizar a Plataforma Licitanet a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização.

4.7. A conexão com rede de internet e materiais necessários para a licitante participar deste certame é de total responsabilidade da mesma.

4.8. A licitante será responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.9. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos art. 6º, 28, 32 e 34 da Lei 14.133/2021.

atendendo ao direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.

4.10 A participação nesta licitação significa:

4.10.1 Que a licitante e as pessoas que a representam leram este Edital, conhecem e concordam plenamente com as instruções, deveres e direitos aqui descritos.

4.10.2 Conhecem a legislação desta modalidade de licitação, bem como àquelas que indiretamente a regulam.

4.10.3 Conhecem e entendem a dinâmica e operacionalização do pregão em sua forma eletrônica.

4.10.4 Tem plena ciência de que não caberá, após sua abertura do certame, alegação de desconhecimento de seus itens, das condições de fornecimento ou participação ou questionamento quanto ao seu conteúdo.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no sistema eletrônico www.licitanet.com.br e via

E-mail: camaramunicipalsmgro@hotmail.com ao transmitir o e-mail, este deverá ser confirmado pelo(a) pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Capitão Silvío, n.º 1446 – Cristo Rei - Complemento: próximo a Prefeitura Municipal.

5.4. A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site www.licitanet.com.br e via e-mail (aquele informado na impugnação), ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

5.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitatório.

5.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a continuidade do certame.

5.8. Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

5.9. Todas as informações oficiais pertinentes a presente licitação poderão ser acessadas gratuitamente nos sites: WWW.CAMARATRANSPARENCIA.SAOMIGUELDOGUAPORERO.LEG.BR e www.licitanet.com.br, bem como no Mural da Câmara de São Miguel, " e Associação Rondoniense dos Municípios/AROM, www.diariomunicipal.com.br/arom

7. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

7.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema, para participação na licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta.

8. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

8.1. Poderão participar desta Licitação quaisquer firmas individuais ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas no edital e seus anexos.

a) No presente certame, os itens serão de **ampla participação**, para qualquer empresa, sendo, porém, **garantidas as prerrogativas de preferência das ME's, EPP's e MEI's previstas nas Leis Complementares nº 123/2006, 147/2014 e no Decreto Municipal 508/2018.**

8.2. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate. (Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, 14 dezembro de 2006, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014).

8.3. Conforme 3º do Art. 48 da Lei Complementar 123/2006 alterado pela Lei Complementar 147/2014, combinado com o Decreto Municipal nº 508 de 04 de setembro de 2018, fica estabelecido a preferência para contratação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou ainda Microempreendedor Individual sediadas local ou regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

8.3.1. Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item.

8.3.2. Será concedida prioridade de contratação às de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas no Município São Miguel do Guaporé.

8.3.3 Âmbito local: limites geográficos do Município de São Miguel do Guaporé ;

8.3.4.1. Âmbito regional: limites geográficos dos municípios de: Seringueiras, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte d'Oeste, Rolim de Moura, Cacoal, Alvorada d'Oeste, Urupá, Teixeiraópolis e Ji-Paraná.

8.3.4.2. Não existindo Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno porte sediadas no Município de São Miguel do Guaporé, cuja proposta esteja no limite de 10% previsto no item, a prioridade será dada aos microempreendedores Individuais, Microempresas, e Empresas de pequeno porte regionais.

8.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas sediadas localmente ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.4.5. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que estiverem devidamente cadastradas junto à LICITANET – Licitações On-line.

8.6. Não poderá participar da licitação: (Previsto nos art. 14º da Lei 14.133/21) .

8.6.1 Que não atendam às condições do Edital e de seu(s) anexo(s).

8.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

8.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

8.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

8.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

8.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.6.8 Agente público do órgão ou entidade licitante.

8.7. Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nesta condição.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

8.8. Sociedades cooperativas.

8.9. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas;

8.10. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

8.10.1. Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

8.10.2. Estrangeiras que não funcionem no País;

8.10.3. Que tenham sido consideradas inidôneas por quaisquer órgãos governamentais, autárquicos, funcionais ou de economia mista;

8.11. A participação nesta Licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recurso. A não observância destas condições ensejará na sumária desclassificação da proponente.

9. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME.

9.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

Abrir as propostas de preços;

Analisar a aceitabilidade das propostas;

Desclassificar propostas, indicando os motivos;

Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta de menor preço;

Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

Declarar o vencedor;

Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

Elaborar a ata da sessão com auxílio eletrônico;

Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar da contratação;

Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades, visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

9.2. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 152,00	R\$ 287,00	R\$ 422,00	R\$ 692,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

9.2.1. O referido pagamento possui amparo legal na Lei 14.133/2021

9.3. DO CREDENCIAMENTO JUNTO A LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE

9.4 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.licitanet.com.br.

9.5.1 A licitante que tiver o interesse em participar por procurador credenciado ou empresa associada à Licitanet, deverá nomear por meio do instrumento de mandato (procuração), com firma reconhecida, operador devidamente credenciado, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.licitanet.com.br.

9.5.2 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Licitanet.

9.6.1 A participação da licitante no pregão eletrônico, seja por participação direta ou por meio de empresas cadastrada à Licitanet, deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

DA PARTICIPAÇÃO

9.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

9.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante em parte ou até a promulgação do vencedor;

9.9. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo telefone:

(34) 3014-6633 e (34) 99807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

9.10. As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014;

9.10.1. A não declaração da licitante em referência Lei Complementar nº. 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014 caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA MESMA.

9.10.2. A declaração falsa dos requisitos de credenciamento sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.

9.11 No ato do cadastro no sistema LICITANET, em campo próprio do sistema, a microempresa e/ou empresa de pequeno porte deverá (ão) declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

9.12 Para os efeitos deste Edital consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

9.12.1 No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

9.12.2 No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

9.13 Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 42 e seguinte da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

9.13.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

9.13.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

9.13.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

9.13.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

9.13.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.13.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

9.13.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

9.13.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

9.13.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;

9.13.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

9.14 O Sistema verificará automaticamente junto à Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

9.15 A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS, DOS LANCES E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

10.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.3. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art 13, Decreto nº. 12.205/2006).

10.4. Nas propostas registradas no Sistema Licitanet. NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

10.5. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo Pregoeiro.

10.6. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

10.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme especificado no Edital.

10.8. No presente certame, o modo de disputa será o modo ABERTO.

10.9. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

1º - A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

2º - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

3º - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

1º - Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período aleatório de até dez minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

2º - Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo. § 4º - Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

10.13 O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, e também lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado na Plataforma Eletrônica – LANCE INTERMEDIÁRIO;

10.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.15 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

10.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

10.17 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica na caixa de mensagem (chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.

10.18 Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

10.19 Considerando que o sistema permite a comunicação com o pregoeiro no chat, as empresas que porventura errarem na digitação dos seus lances, poderão solicitar o cancelamento do lance. Contudo, caso o pregoeiro detecte que o lance ofertado apresenta indícios de erro de digitação, poderá excluí-lo, sem a manifestação da empresa, visando manter a regularidade do certame.

10.20 A regra disposta no item 10.17 será aplicada somente nos casos de erro de digitação. Caso a licitante solicite o cancelamento do seu lance e não for caracterizado erro de digitação, mediante a observação da regularidade dos lances apresentados, o pregoeiro estará desobrigado de cancelar o lance, devendo a licitante arcar com o custo de acordo com o lance ofertado, e em caso de desistência do lance será aplicado o disposto no item 10.16.

10.23 A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório;

10.24 Uma licitante, ou grupo, suas filiais, ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico, ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela entidade promotora da licitação;

10.24.1. Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa;

10.25 Nenhuma empresa ou instituição vinculada a Entidade Licitante será elegível para participar deste processo licitatório;

10.26 Nas Propostas de Preços REGISTRADAS no Sistema Eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:

10.27 Preços totais de cada lote/item, de acordo com o preço praticado no mercado, conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133/21, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I DO EDITAL.

10.28 No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como os impostos, ICMS e/ou ISSQN (conforme o caso), taxas, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

10.29 Os itens ofertados deverão estar de acordo as especificações do objeto nos moldes do Anexo I DO EDITAL, incluindo marca, modelo e outros elementos que identifiquem e constatem as descrições dos produtos e/ou serviços ofertados, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

10.30 Descrições detalhadas dos itens ofertados, ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, exceto quando determinar o edital. (se este for o caso) 10.31 Apresentar a validade da proposta, de forma clara e inconfundível, bem como prazo e local de entrega sob pena de desclassificação.

10.31 O Pregoeiro (a) verificará as propostas de preços registrados no endereço eletrônico, antes da abertura da fase de lance, desclassificando, motivadamente,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

10.32. No momento em que o licitante cadastrar a proposta no SISTEMA/LICITANET, é OBRIGATÓRIO a indicação da MARCA para os itens ofertados, conforme o objeto do pregão.

10.33 Assim como as propostas de preços, os valores lançados serão pelo **valor total de cada item** no sistema em acordo com a proposta, sob pena de desclassificação.

10.34 O Pregoeiro caso julgue necessário submeterá a documentação relativa à proposta apresentada pelos participantes a uma equipe técnica da Unidade solicitante do objeto, Para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico dos produtos ofertados.

10.38. CRITÉRIO DE DESEMPATE

10.38.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.38.1. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico, dentre as propostas empatadas.

11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital;

11.2. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 17 do edital.

11.3. Será declarada vencedora a proposta que ofertar o menor preço por item, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.

11.4. Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

11.5. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.6. Não será motivo de desclassificação, simples omissão que seja irrelevante para o entendimento da proposta de preços que não venham causar prejuízo para a Administração Pública, e nem firam os direitos dos licitantes.

11.7. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

11.8. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;

11.9. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação;

11.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

12. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

12.1. Após finalização dos lances haverá negociações e atualizações dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Licitanet, devendo o Pregoeiro examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços, bem como, se o valor unitário e total se encontra com no máximo 02 (duas) casas decimais;

12.1.1. O Pregoeiro não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da CPL/RO. Vide Decisão nº. 263/2014- PLENO/TCE-RO.

12.1.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

13. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto prevalecerão as descritas no Anexo I.

13.2. Cumpridas as etapas anteriores, o Pregoeiro verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

13.3. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pelo Pregoeiro, por meio do CHAT MENSAGEM;

13.4. A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

13.5. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no ITEM 13.6 deste edital de licitação;

13.7. Após a fase de lances e antes de negociar, atualizar e realizar a ACEITAÇÃO dos itens ou lotes, de acordo com os lances ofertados, o Pregoeiro:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

13.7.1. Convocará as licitantes que estejam com as propostas dentro do valor estimado contratação, para enviar a PROPOSTA DE PREÇOS, com o item devidamente atualizado lance ofertado com a especificação completa do objeto, bem como PROSPECTO / FOLD CATÁLOGO / ENCARTES / FOLHETOS TÉCNICOS OU LINKS OFICIAIS do objeto (conforme o caso), no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de em caso de descumprimento das exigências e do prazo estipulado;

13.8. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda a todos os termos do Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, e atualizado;

13.10. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior a sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às licitantes por meio do sistema eletrônico, via CHAT MENSAGEM;

13.11.1. O Pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente a licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido um preço justo, bem assim decidir sobre a sua aceitação, divulgando ACEITO, e passando para a fase de habilitação;

13.11.2. A aceitação da licitante ocorrerá após o término do prazo máximo, proposto no item 13.7.1 deste referido edital.

13.11.3. Os preços cotados deverão ser líquidos, e o licitante deverá incluir no preço do objeto ofertado, a alíquota do imposto intitulado ICMS e/ou ISSQN (conforme o caso), considerando para todos os efeitos fiscais, a Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé, na condição de comprador final, taxas, fretes, seguros, embalagens e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

13.12. Serão rejeitadas as propostas que:

13.13. Conflitem com as normas deste Edital ou da legislação.

13.13.1. Contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários.

13.13.2. Sejam incompletas, isto é, não contenham informação (ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado;

13.13.3. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do Pregoeiro;

13.14. Serão considerados inadequados e desta forma desclassificados os preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis (excessivos) com os praticados no mercado e com distorções significativas;

13.15. Que estiverem com valores unitários e totais acima do valor estipulado no edital.

13.16. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.17– DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

13.17.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á às correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições.

13.17.2. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último.

13.17.3. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produto de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, o Pregoeiro se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.

14. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

14.1. Os documentos relativos à habilitação, solicitados no Item 17 deste Edital, deverão ser remetidos

Via Sistema LICITANET, através do MÓDULO – HABILITANET,

14.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. (conforme Lei Federal nº 13.762/2018).

14.3 Os licitantes que não apresentarem nos termos do item anterior deverá quando solicitado pelo pregoeiro enviar documentos originais e/ou cópia autenticada em cartório da documentação exigida para habilitação, bem como do detalhamento da proposta de preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de CONVOCAÇÃO feita pelo PREGOEIRO via chat de mensagem, com tolerância de 01 (um) dia por motivos fortuitos, SOB PENA de DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA, Juntamente com a Proposta escrita (anexo II).

Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé **Comissão Permanente de Licitação**

A atenção do Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO 006/2025

Avenida: Capitão Silvío, 1446-Bairro Cristo Rei - São Miguel do Guaporé/RO.

14.4 Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.

14.5. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas no item 22.2, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente;

DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 Conforme estabelecido no **Termo de Referência.**

16. DOS PRAZOS



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

16.1. A entrega ocorrerá na Câmara Municipal, ou local previamente avisado ao Fornecedor, localizada na Avenida Capitão Silvio, n.º 1446 – Bairro Cristo Rei, São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, ou local previamente avisado ao Fornecedor, a nota fiscal deverá ser acompanhada da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade, Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certificado de Regularidade do FGTS-CRF e Certidão de Débitos Trabalhistas. A Nota Fiscal, deverá ser o Certificado e as Certidões deverão estar dentro dos seus respectivos prazos de validade.

16.2. Materiais entregues em desacordo com as especificações serão recusados.

17. DA HABILITAÇÃO

17.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

17.1.1. A(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar, sob pena de inabilitação, os seguintes documentos abaixo mencionados, em uma via original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou cópia autenticada por servidor da CPL/CMSMG, ou publicação em órgão da imprensa oficial devidamente atualizada e redigida em língua portuguesa, Porém não serão aceitas fotocópias efetuadas em aparelhos “fac-símile”, bem como aquelas que se encontrarem ilegíveis. Os documentos oficiais emitidos por meio da internet ou documentos com assinaturas digitais são isentos de autenticação em cartório.

17.1.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 120(cento e vinte) minutos, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

17.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

- a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos social, **indicando ramo de atividade compatível com o objeto lícitado.**
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto lícitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social.
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) Cédula de identificação dos sócios, do diretor, do proprietário, ou do representante legal da empresa.
- e) Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório. Esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, cuja atividade deve ser vinculada e condizente com as especificações do objeto da licitação.
- (g). Os licitantes deverão observar se as classificações do CNPJ da empresa, são condizentes com as especificações do objeto a ser lícitado, consultando o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), através do link <http://www.cnae.ibge.gov.br/>, ou se dispõe de previsão para comercialização do produto/ prestação de serviços, no Contrato Social. Caso não conste autorização para comercialização do produto ou prestação do serviço solicitado, a Administração interpretará que o licitante teve a intenção de frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório.

17.2.1. A licitante enquadrada como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensada da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

17.2.2 No caso da licitante seja considerada isenta de alguns dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

17.2.3. Da Comprovação do Tempo Mínimo de Constituição

- a). Para fins de habilitação jurídica no presente certame, realizado sob o **Sistema de Registro de Preços**, a licitante deverá comprovar que possui **tempo mínimo de**



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

constituição de 01 (um) ano, contado da data de registro de seu ato constitutivo até a data de abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico.

b). A comprovação do tempo mínimo de constituição será realizada mediante a apresentação do **ato constitutivo, contrato social, estatuto social ou registro de empresário**, devidamente registrados no órgão competente.

c). Em caso de alterações contratuais, considerar-se-á, para fins de atendimento a este item, a **data de constituição original da pessoa jurídica**.

d). A exigência prevista neste item visa assegurar que os fornecedores a serem **registrados em Ata de Registro de Preços** possuam **mínima experiência operacional e estabilidade jurídica**, considerando a natureza **eventual, parcelada e continuada** das contratações durante a vigência da Ata.

e). O não atendimento ao disposto neste item implicará na **inabilitação da licitante**, por descumprimento das exigências de habilitação previstas neste Edital e aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

17.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa), de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro da validade;

d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

e) Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

f) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17.4 DA ACEITAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

17.4.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores;
<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarCRC.jsf>



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

b) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

c) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria - Geral da União CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; <https://certidoes.cgu.gov.br>

d) TCU - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União, <https://certidoes-apf.apf.s.tcu.gov.br>

17.4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

17.4.3. Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.

17.4.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

17.4.5. A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

17.4.6. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

17.4.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

17.4.8. Caso a licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido no presente Edital.

17.4.9 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

17.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) conter vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

c) apresentar preços inexeqüíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) não tiverem sua exeqüibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

17.5.1. A exeqüibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove: a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

17.5.2. Para presunção de exeqüibilidade de preços prevista no subitem acima, definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021, será assegurado ao licitante o direito de comprovação de exeqüibilidade, em atenção aos princípios da seleção da proposta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

mais vantajosa e da eficiência (Súmula TCU 262), a ser enviado juntamente com a documentação de habilitação, sob pena de inabilitação na recusa (Acórdão 465/2024 - PLENÁRIO Relator Augusto Sherman). 8.7 Os erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, desde que não alterem a sua substância.

17.5.3 A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

17.5.4 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

17.6. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA.

a) **Certidão Negativa de Falência** ou Concordata, expedida pelo cartório de distribuição da sede do licitante, dentro do prazo de validade. Se não constar prazo de validade, esta deverá ter sido emitida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias (Enviar juntamente com a documentação de habilitação).

17.6.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.6.2. Apresentar 02 (dois) atestados de capacidade técnica, sendo pelo menos **01(um) comprovando** aptidão para o fornecimento de objeto compatível da licitação, emitido por pessoa Jurídica de direito público ou privado.

17.6.1. O (s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- A) Razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail da entidade emissora;
- b) Identificação do(s) signatário(s) (nome, função e telefone);
- c) Descrição detalhada do objeto fornecido;
- d) Quantidades e prazos de fornecimento.

17.6.2. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias para comprovar a legitimidade dos atestados, podendo apresentar cópia do contrato que originou a contratação, endereço da contratante e local de execução do objeto, entre outros documentos se solicitados pela Administração.

17.6.3. Todas as informações prestadas no Atestado de capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicos. Por decisão do pregoeiro (a), poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento à diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema Licitanet.

17.6.4. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da Nota(s) Fiscal (is) e correspondente ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

17.6.5. Alvará de Localização e funcionamento;

17.7. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.
- b) Declaração da licitante, sob as penas do Art. 299 do código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, do produto licitado para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas, podendo ser adotado o modelo constante do Anexo deste Edital.
- c) Declaração da licitante que não possui em seu quadro gerencial ou societário, Agente Político ou Administrativo do município, bem como pessoas ligadas a qualquer um deles por matrimônio ou parentesco afim ou com sanguíneo até terceiro grau.
- d) Declaração de microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte l/c 123/06, podendo ser adotado o modelo constante do Anexo deste Edital.

Que a regularização não se efetivou em função de greve, calamidade pública, fato de natureza grave ou problema com linha de transmissão de dados que inviabilize o acesso ao sistema.

Depois de solicitado pelo pregoeiro, a empresa que ofertou o melhor preço ou lance deverá enviar a documentação original ou cópias autenticadas em cartório conforme O item

15.2.1 juntamente com sua proposta, para endereço descrito no item

15.3 no prazo avisado no próprio sistema, contados a partir do encerramento da sessão pública, sob pena de inabilitação (Conforme o caso).

Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

17.12. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital, Termo de Referência e seus anexos.

18. DOS RECURSOS

18.1. Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão ENTRAR C/ RECURSO), manifestar sua intenção de recorrer.

18.2. Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões recursais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

18.2.1. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente serão possíveis por meio eletrônico durante o prazo de 10 minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão ENTRAR C/ RECURSO), devendo o licitante observar as datas registradas.

18.3. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

18.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5. A decisão do Pregoeiro a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.

18.6 A decisão do Pregoeiro e da Autoridade Competente será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

18.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.

18.8. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal – CPL, sito a Av. Capitão Silvio, 1446 – Bairro Cristo Rei – São Miguel do Guaporé – Rondônia CEP - 76932-000 Telefone: (0XX69)3642-2234, de segunda a sexta-feira, das 07h: 30min às 13h:30min (horário local).

18.9. Cabe ainda, recurso contra a decisão de: Anular ou revogar o Pregão Eletrônico; Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com A Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé.

18.9.1. Os recursos acima deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo;

18.9.2. A intimação dos atos referidos no subitem 19.9, alíneas “a” e “b”, será feita mediante publicação na imprensa oficial e comunicação direta às licitantes participantes do Pregão Eletrônico, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

18.9.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

18.9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informados devendo, nesse caso, a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

18.10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA;

18.10.1 A sessão pública poderá ser reaberta;

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da LC 123/06. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

18.10.2. As licitantes remanescentes serão convocadas para acompanhar a sessão reaberta, por meio do sistema eletrônico (chat ou e-mail), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

19. CONTRATAÇÃO ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1 Decidido (s) o(s) recurso(s), se houver, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto da licitação ao vencedor.

19.2 Após a homologação e adjudicação, a licitante vencedora do certame terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, a qual se dará por email previamente informado, para assinatura do Contrato.

19.2.1. O prazo previsto para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado formalmente pela parte e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.2. Por ocasião da assinatura do Contrato, verificar-se-á, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

19.2.1 Na hipótese de irregularidade, será dado 05 (cinco) dias corridos para regularizar a situação, sob pena de aplicação da sanção administrativa.

19.3. O não comparecimento no prazo da convocação para assinatura do Contrato acarretará a imediata perda do direito de contratar, sem prejuízo das sanções administrativas, salvo em face de motivo de força maior, devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração.

19.4. Quando a licitante convocada não assinar o contrato e/ou retirar/receber a Nota de Empenho no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocado outra licitante para fazê-lo, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

19.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma **do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021**, admitida a sua prorrogação quando o objeto não for concluído no período firmado, ressalvado as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

19.6 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contado da data do procedimento licitatório que originou o presente instrumento.

19.6.1 Após o interregno do prazo definido no item 12.6, havendo saldo de produto, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento desta Câmara Municipal.

CAMARA	Função Programática	Elemento de despesa
Câmara	05.001.12.361.0005.2090	33.90.39.00.00

DA VIGÊNCIA

21.1. Terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado, conforme autoriza o art. 107 da Lei 14.133/2021.

22. PAGAMENTO

22.1. O pagamento só será efetuado após a entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias contados a partir do protocolo da Nota Fiscal, Fatura acompanhada das Certidões conforme descrito no item 16.3, devidamente liquidada pela Câmara Municipal

22.2. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, indicado pelo contratado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário na proposta.

22.3. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

23. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais e responsabilidade civil e criminal:

0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento).

Até 30% (trinta) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

23.2. Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé pelo infrator: a) advertência; multa: suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos; Leve: 03 (três) anos. Retardamento da execução do objeto, sem prejuízo à Administração; às demais ocorrências, que não previstas nas alíneas anteriores, será aplicada a suspensão por prazo diretamente proporcional ao



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

percentual da inexecução. Exemplo: Inexecução Parcial de 20% do contrato = 1 ano; Inexecução Parcial de 40% = 2 anos.

declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

23.3. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

24. REAJUSTAMENTO

24.1 No caso de eventual atraso de pagamentos, desde que não tenha a contratado contribuído de qualquer forma para sua ocorrência, mediante pedido, deverão incidir sobre o valor devido, atualização financeira a partir do dia posterior ao vencimento até a data do efetivo pagamento, e serão calculados – mediante apresentação de nota fiscal própria – por meio da aplicação da seguinte fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; Taxa percentual anual correspondente ao valor de 6% (seis por cento).

24.2 O valor referido no anterior será reajustado anualmente de acordo com a variação IPCA.

24.3 A periodicidade do reajustamento, referida no item anterior, poderá ser alterada nos termos da legislação específica superveniente.

24. GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA

24.1. Os serviços ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

25.1 Conforme estabelecido no Termo de Referência.

26. DA ATA DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

26.1. Após adjudicação e Homologação, será assinada a **Ata de Sistema de Registro de Preços**, com validade de **12 meses**, podendo ser prorrogada conforme legislação vigente.

26.1.2. A Ata não obriga a Administração a contratar integralmente os itens registrados.

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

pregoeiro poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

26.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

26.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

26.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

26.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta; 27.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

27.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação em jornal de publicação diária;

27.8. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão

ou transferência total ou parcial do objeto licitado;

27.9. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro;

27.10. Não cabe à LICITANET qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

27.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de São Miguel do Guaporé – RO, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro;

27.12. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário de 07h30min às 13hmin, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Câmara Municipal, localizada na Avenida Capitão Silvio, 1446 – Cristo Rei – São Miguel do Guaporé – RO. Ressalta-se que mesmo durante o período de férias, haverá equipe de plantão para atendimento dos interessados;

27.13. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

27.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

27.15. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes, na Lei Federal nº. 14.133/2021 e, ainda, Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

São Miguel do Guaporé, 10 dezembro de 2025.

SOLENI ALVES VALADÃO
Pregoeira Oficial
Portaria nº. 001/2025



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Registro de preços para futura **aquisição de materiais e equipamentos de informática.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Placa de Vídeo Radeon RX7600 Gaming OC 8GB GDDR6	1	R\$2.963,00	R\$2.963,00
02	Microfone Hollyland Lark M2 Duo Combo Duplo (para 2 pessoas, USB-C, Lightning e Câmera)	1	R\$1.038,33	R\$1.038,33
03	Mixer Digital XR18 X Air	1	R\$6.240,06	R\$6.240,06
04	Case Rack para Ui24R + 2U + 2 bases para microfones + gaveta	1	R\$1.854,53	R\$1.854,53
05	Microfone Gooseneck de Mesa DG-10, haste flexível 45cm	12	R\$176,32	R\$2.115,84
06	Caixa Ativa OPB-404X Preta Linha Vertical	4	R\$1.471,67	R\$5.886,68
07	Par de Suporte Vertical para Caixa OPB-404X / OSA-404X	2	R\$708,63	R\$1.417,26
08	Switch TL-SG108E	12	R\$382,63	R\$4.591,56
09	Impressora multifuncional Mono Láser Tóner Benefit cor Cinza	2	R\$2.869,67	R\$5.739,34
10	Impressora Laser Multifuncional MFP 135A, branca e cinza	10	R\$1.889,33	R\$18.893,30
11	CPU Mini I7 10ª Geração, 8GB RAM, 256GB SSD + Monitor 20" Pol 003	12	R\$4.339,67	R\$52.076,04



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

12	Mesa 6 canais MG06X 48v plug mg 06x efeitos	1	R\$1.752,34	R\$1.752,34
13	Interface de Áudio U-Phoria UMC204HD	1	R\$2.034,57	R\$2.034,57
14	Mesa de Corte ATEM SDI 4 canais	1	R\$6.043,62	R\$6.043,62
15	Câmera PTZ 20X SDI POE6	4	R\$4.131,33	R\$16.525,32
16	Controladora PTZ POE6	1	R\$3.299,67	R\$3.299,67
17	Micro Converter Bidirecional SDI/HDMI 3G (c/fonte)	2	R\$1.182,62	R\$2.365,24
TOTAL MEDIO DA AQUISIÇÃO: R\$ 134.836,70				



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Pregão Eletrônico N.º 006/2025

Prezados Senhores,

Após cuidadoso exame e estudo do edital de Pregão Eletrônico ____/CPL/2025 em referência, seus anexos e apensos, com os quais concordamos, vimos apresentar a nossa Proposta, de conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

OBJETO: Registro de preços para futura **aquisição de materiais e equipamentos de informática**, destinados ao atendimento das necessidades estruturais da Câmara Municipal. PROPOSTA COMERCIAL

EMPRESA		C N P J		TELEFONE		
FAX	CELULAR	E – MAIL				
BANCO		AGÊNCIA		CONTA CORRENTE		
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA						
NOME		CARGO		CPF/MF	CI/RG	
TELEFONE FIXO		CELULAR 01		CELULAR 02		
ITEM	UNID.	QTD.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
			Total Geral → (por extenso)		R\$	

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data limite para recebimento das propostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

Execução dos serviços na Câmara Municipal de _____:
de no máximo ____ (_____) dias corridos, a contar da data da solicitação.

Declaramos, sob as penalidades da lei, e para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/2025, que nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência;

Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação;

Que cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no Pregão Eletrônico 0062025;

Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados;

Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

Inexiste fato superveniente impeditivo de sua habilitação;

Não possui em seu quadro menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa e Carimbo do C N P J



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO III
TERMO DE REFERÊNCIA

Adesão à Ata de Registro de Preços

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no item 3 neste documento.
- 1.2. A formalização da compra se dará Contrato Administrativo.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2023.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Trata-se de aquisição que será realizada por Adesão à Ata de Registro de Preços, conforme art. 86, § 2º e § 3º, II da Lei de Licitações 14.133/2021.
- 2.2. A necessidade adquirir produtos de informática visa atender às necessidades da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, com o objetivo de garantir o bom funcionamento das atividades legislativas e administrativas, além de assegurar a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.
- 2.2. A aquisição dos itens é essencial para atender às necessidades operacionais da Câmara Municipal, proporcionando melhor desempenho das atividades administrativas e legislativas, com uso de equipamentos atualizados e compatíveis com o parque tecnológico existente.

3. VALORES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 3.1.** A empresa contratada deverá fornecer os seguintes materiais:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Placa de Vídeo Radeon RX7600 Gaming OC 8GB GDDR6	1	R\$2.963,00	R\$2.963,00
02	Microfone Hollyland Lark M2 Duo Combo Duplo (para 2 pessoas, USB-C, Lightning e Câmera)	1	R\$1.038,33	R\$1.038,33
03	Mixer Digital XR18 X Air	1	R\$6.240,06	R\$6.240,06
04	Case Rack para Ui24R + 2U + 2 bases para microfones + gaveta	1	R\$1.854,53	R\$1.854,53
05	Microfone Gooseneck de Mesa DG-10, haste flexível 45cm	12	R\$176,32	R\$2.115,84
06	Caixa Ativa OPB-404X Preta Linha Vertical	4	R\$1.471,67	R\$5.886,68
07	Par de Suporte Vertical para Caixa OPB-404X / OSA-404X	2	R\$708,63	R\$1.417,26
08	Switch TL-SG108E	12	R\$382,63	R\$4.591,56
09	Impressora multifuncional Mono Láser Tóner Benefit cor Cinza	2	R\$2.869,67	R\$5.739,34
10	Impressora Laser Multifuncional MFP 135A, branca e cinza	10	R\$1.889,33	R\$18.893,30
11	CPU Mini I7 10ª Geração, 8GB RAM, 256GB SSD + Monitor 20" Pol 003	12	R\$4.339,67	R\$52.076,04
12	Mesa 6 canais MG06X 48v plug mg 06x efeitos	1	R\$1.752,34	R\$1.752,34
13	Interface de Áudio U-Phoria UMC204HD	1	R\$2.034,57	R\$2.034,57
14	Mesa de Corte ATEM SDI 4 canais	1	R\$6.043,62	R\$6.043,62
15	Câmera PTZ 20X SDI POE6	4	R\$4.131,33	R\$16.525,32
16	Controladora PTZ POE6	1	R\$3.299,67	R\$3.299,67
17	Micro Converter Bidirecional SDI/HDMI 3G	2	R\$1.182,62	R\$2.365,24



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

	(c/fonte)			
TOTAL MEDIO DA AQUISIÇÃO: R\$ 134.836,70				

3.2. O custo estimado total da aquisição é de **R\$ 134.836,70 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta centavos)**.

3.3. A empresa contratada deverá fornecer os seguintes materiais de informática, com as respectivas especificações:

- a) **Placa de Vídeo Radeon RX7600 Gaming OC 8GB GDDR6** - Placa gráfica dedicada, chipset Radeon RX7600; memória 8GB GDDR6; conexões HDMI e DisplayPort; sistema de refrigeração otimizado; compatível com PCI Express 4.0.
- b) **Microfone Hollyland Lark M2 Duo Combo** - Kit de microfone sem fio para duas pessoas; compatível com USB-C, Lightning e câmeras; alcance mínimo 200 metros; redução de ruído; case de carregamento.
- c) **Mixer Digital XR18 X Air** - Mesa de som digital 18 canais; conectividade via Wi-Fi e USB; efeitos internos; pré-amplificadores profissionais; controle remoto por app.
- d) **Case Rack para Ui24R + 2U + gaveta** - Case rígido tipo rack; espaço para Ui24R; mínimo 2U adicionais; gaveta interna; material resistente; forração interna acolchoada.
- e) **Microfone Gooseneck DG-10** - Microfone tipo gooseneck de mesa; haste flexível 45cm; base com chave liga/desliga; capsula de alta sensibilidade; ideal para plenários.
- f) **Caixa Ativa OPB-404X** - Caixa de som ativa; linha vertical; potência compatível com ambiente de médio porte; entrada XLR/P10; estrutura reforçada; cor preta.
- g) **Suporte Vertical para Caixa OPB-404X / OSA-404X** - Par de suportes verticais; compatíveis com OPB-404X; base reforçada; regulagem de altura.
- h) **Switch TL-SG108E** - Switch inteligente de 8 portas Gigabit; gerenciamento básico; suporte a VLAN, QoS e diagnóstico de rede; carcaça metálica; instalação plug-and-play.
- i) **Impressora Multifuncional Mono Láser Tóner Benefit** - Impressora multifuncional monocromática com tecnologia Toner Benefit; baixo custo por página; cópia e digitalização; conexão USB; velocidade mínima 22 ppm.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

- j) **Impressora Laser Multifuncional MFP 135^a** - Impressora multifuncional laser monocromática; funções: impressão, cópia e digitalização; velocidade mínima 20 ppm; resolução 1200 dpi; interface USB; compatível com Windows.
- k) **CPU Mini I7 10^a Geração + Monitor 20"**- Computador tipo CPU Mini PC, processador Intel Core i7 10^a geração ou superior; 8GB RAM DDR4; SSD 256GB; portas USB 3.0 e HDMI; conectividade Wi-Fi e Ethernet; gabinete compacto. Monitor 20" LED, resolução mínima 1600x900, conexões VGA/HDMI, base ajustável.
- l) **Mesa 6 canais MG06X** - Mesa de som analógica 6 canais; efeitos internos; phantom power 48v; entradas XLR/P10; design compacto; ideal para pequenas transmissões.
- m) **Interface de Áudio UMC204HD** - Interface de áudio USB; 2 entradas e 4 saídas; pré-amplificadores MIDAS; resolução 24bit/192kHz; compatível com Windows e Mac.
- n) **Câmera PTZ 20X SDI POE6** - Câmera PTZ profissional; zoom óptico 20x; saída SDI; suporte PoE; giro horizontal e vertical; controle remoto; indicada para plenário.
- o) **Mesa de Corte ATEM SDI 4 canais** - Mesa de corte profissional com 4 entradas SDI; saída program e multiview; recursos de transição; compatível com fluxos de transmissão ao vivo.
- p) **Controladora PTZ POE6** - Controladora para câmeras PTZ; conexão via PoE; joystick profissional; teclas programáveis; compatível com câmeras SDI POE6.
- q) **Micro Converter Bidirecional SDI/HDMI 3G** - Conversor bidirecional SDI/HDMI; suporte 3G; inclui fonte de alimentação; design compacto; compatível com sistemas de transmissão

3.4. Todos os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeira linha e em perfeitas condições de uso;

3.5. A empresa deverá garantir o transporte, instalação e a configuração dos equipamentos, quando aplicável;

3.6. Todos os produtos devem ter nota fiscal, com a descrição detalhada dos itens fornecidos;

3.7. Os produtos fornecidos devem ter garantia mínima de 3 meses, contados a partir da entrega e aceitação final.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

4. ESTIMATIVA DE PREÇOS

4.1. O valor estima da aquisição é de R\$ 134.836,70 (**Cento e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta centavos**).

5. REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO

5.1. O regime de execução será de forma direta – com entrega parcelada de mercadorias, conforme solicitado pela direção da Câmara Municipal.

5.2. O prazo de execução e entrega dos bens será de até 20 (vinte) dias úteis, contados do aceite do contrato com as condições e prazos propostos.

5.3. Quanto a entrega parcelada, a CONTRATADA terá p prazo de até 02 (dois) dias úteis para entrega das mercadorias, após solicitado pela Câmara Municipal, consistindo em infração contratual o não cumprimento do prazo ou a falta de justificativa para eventual atraso.

5.4. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado da Câmara Municipal, localizado na **Avenida capitão Silvio, 1446 – Bairro Cristo Rei - São Miguel do Guaporé/RO**, com nota fiscal de venda, contendo a descrição completa dos itens, com os quantitativos, valores unitários e totais.

5.5. Na entrega, todos os materiais deverão ser conferidos, verificando-se a compatibilidade da proposta com a descrição técnica, a marca e o modelo, bem como, a inviolabilidade das embalagens.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

- 6.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no edital fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, no prazo de 02 (dois) dias úteis.
- 6.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão e ou servidor especialmente designado.
- 6.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.
- 6.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência.
- 7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. Manter, durante toda a execução das aquisições, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

9. FORMA DE PAGAMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

9.1. O Objeto deste procedimento deverá ser pago de forma à vista com descrição do produto na nota Fiscal, e deverá, obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante na proposta de preços.

10. PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura e publicação.

10.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

10.3. A Ata de Registro de Preços será enviada para assinatura do representante legal da adjudicatária da licitação e deverá ser devolvida assinada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

10.4. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for formalizada pela adjudicatária da licitação, diante de motivação justificada e aceita pela Câmara Municipal.

10.5. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, em até 5 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO**, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**, sendo vencedora a empresa que apresentar o menor preço global para cada lote, desde que atendidas todas as exigências deste Termo de Referência e do Edital.

12. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Em razão da previsão de estimativa financeira de pequeno valor, não se recomenda a adoção da exigência de garantia financeira para a futura contratação, visto, ainda, que em tese, os riscos que possam advir da sua execução não apontam proporcionalmente para potenciais prejuízos financeiros.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Câmara Municipal;

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé

01.001.01.031.0002.2001.4.4.90.52.00.00 – equipamento e material permanente

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentaria respectiva e liberação dos créditos correspondentes

São Miguel do Guaporé/RO, 04 de Dezembro de 2025.

Maria Serli Lopes

Agente de Contratação

Portaria nº 8, de 10 de janeiro de 2025



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO IV

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE
INFORMATICA

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

A necessidade apresentada decorre da falta de material de informática, e da exigência de modernização dos equipamentos utilizados nas atividades administrativas e legislativas, bem como da melhoria da estrutura de áudio, vídeo e transmissão, de forma a garantir qualidade, transparência e confiabilidade nas sessões e atos oficiais da Câmara Municipal e agilidade nos serviços prestados à comunidade.

2. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

Os equipamentos atualmente disponíveis encontram-se em estado de obsolescência tecnológica, apresentando baixo desempenho, lentidão e falhas frequentes, o que compromete diretamente as atividades administrativas da Câmara Municipal. Além disso, os sistemas de áudio, vídeo e transmissão apresentam instabilidade e limitações técnicas que afetam a qualidade das sessões transmitidas ao público, prejudicando a transparência e a adequada publicidade dos atos legislativos.

3. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação é motivada pela necessidade de modernizar a infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal, garantindo maior eficiência às atividades administrativas e legislativas. Busca-se, ainda, elevar a qualidade e a estabilidade das transmissões oficiais, promovendo transparência, continuidade dos serviços e redução de falhas operacionais, em conformidade com as exigências legais e com o interesse público.

4. ALTERNATIVAS ESTUDADAS

- Manutenção dos equipamentos atuais: () selecionada (x) descartada



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

- Locação: () selecionada (x) descartada
- Aquisição via Adesão à ARP: (x) selecionada () descartada

5. OBJETO DEFINIDO

Fornecimento de materiais de informática, áudio, vídeo e transmissão conforme Termo de Referência.

6. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS

Requisitos técnicos definidos no Termo de Referência, garantindo compatibilidade e desempenho adequado.

7. ESTIMATIVA DE CUSTOS

A estimativa será definida com base nos valores constantes da Ata de Registro de Preços.

8. RISCOS IDENTIFICADOS E MITIGAÇÃO

- Risco de entrega inadequada: mitigado por fiscalização.
- Atrasos: mitigado por penalidades.
- Falhas operacionais: mitigado por requisitos técnicos rígidos.

9. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO

A solução adotada para atendimento da demanda consiste na **aquisição de materiais de informática, áudio, vídeo e transmissão por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP)**, conforme previsto no Termo de Referência, por se tratar de fornecimento **eventual e parcelado**, cuja demanda não se apresenta de forma contínua ou previsível.

A utilização do SRP mostra-se a alternativa **mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e administrativo**, uma vez que possibilita maior **flexibilidade na contratação**, aquisição conforme a efetiva necessidade da Administração, redução de estoques, otimização dos recursos públicos e mitigação de riscos relacionados a aquisições desnecessárias, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Os materiais a serem adquiridos são **essenciais ao funcionamento regular das atividades administrativas e legislativas**, bem como à manutenção da estrutura de áudio, vídeo e transmissão das sessões oficiais. A eventual indisponibilidade desses itens pode ocasionar **prejuízos operacionais**, interrupções internas e comprometimento da eficiência e da transparência dos serviços públicos prestados.

O fornecimento ocorrerá de forma **parcelada**, ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Ordens de Fornecimento, exigindo do fornecedor **capacidade logística, regularidade jurídica, estabilidade operacional e cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos**.

Diante dessas características, justifica-se a exigência de que as empresas participantes possuam **tempo mínimo de constituição de 01 (um) ano**, contados até a data da sessão pública, como medida **razoável e proporcional**, destinada a mitigar riscos de inadimplemento contratual,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

descontinuidade do fornecimento ou encerramento prematuro das atividades empresariais durante a vigência da Ata.

Tal exigência não restringe indevidamente a competitividade do certame, aplicando-se de forma isonômica a todos os licitantes, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte regularmente constituídas, e visa assegurar **segurança, confiabilidade e continuidade na execução contratual**, em atendimento ao interesse público.

10. CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação é plenamente justificável e necessária para atender às demandas operacionais, administrativas e legislativas da Câmara Municipal. A solução proposta demonstra aderência às exigências legais, apresenta adequada relação custo-benefício e contribui para a modernização da estrutura tecnológica, garantindo maior eficiência, transparência e continuidade dos serviços públicos. Recomenda-se, portanto, a sua efetiva contratação.

São Miguel do Guaporé/RO,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO V

(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)

A Câmara Municipal de _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no(a) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF Nº _____, para os fins de direito, especificamente para participação desta licitação, o que se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

I - A inexistência de fato impeditiva para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação.

III - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

IV - O cumprimento do disposto no inciso VIU do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

V - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VI - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema. VIII - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

IX - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados, executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

X - Declara de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63º inciso IV da Lei 14.133/2021

XI - Sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

XII - Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021)

DECLARO ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO VI

(Modelo de DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL,
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE L/C 123/06)

A Câmara Municipal de.....

A Empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua _____ Município de _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____.

DECLARA, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei Complementar nº. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido e observado o disposto no art.2º inciso V, da Lei nº 14.133, de 2021;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

() COOPERATIVA, conforme disposto no artigo 16 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

() AGRICULTOR FAMILIAR/ PRODUTOR RURAL, conforme Decreto n.º 8.538, de 2015.

DECLARA AINDA não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado. E tem ciência de que a Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/202, e neste Edital.

(Local e data)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

(Nome, cargo e CPF do Declarante)
CNPJ da empresa

ANEXO VII

TERMO DE COMPROMISSO

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Pelo presente Termo de Compromisso, propomo-nos a entregar/executar os materiais/serviços de que trata o Pregão Eletrônico, nº 004/2025, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS, e de acordo com os Quantitativos especificados neste Edital.

Declaramos, ainda que:

- a)** Caso seja vencedora do certame, o pessoal técnico, necessário encontra-se disponível para execução dos serviços objeto da presente licitação.
- b)** Declaramos sob as penas da lei, que até a presente data, INEXISTEM fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como não se encontra em estado de inidoneidade declarado ou suspenso, por nenhum órgão da administração pública federal, estadual, municipal ou do distrito federal, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c)** Estamos cientes e declaramos PLENA SUBMISSÃO às condições e exigências deste Edital, em todas as fases da licitação.
- d)** Declaramos a ASSUNÇÃO de responsabilidade pela execução dos serviços e sujeição às condições estabelecidas no presente Edital;
- e)** RECONHECEMOS o direito da Administração Pública de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, na forma da Lei;
- f)** CONCORDAMOS em firmar o contrato para execução dos serviços relacionados na presente proposta pelos respectivos preços se para isso formos notificados pela CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ-RO;
- g)** Declaramos que, caso vencedora do certame, CUMPRIREMOS fielmente as disposições concernentes nas Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, especialmente a de número 10 e 18, normas estas que estabelecem diretrizes de ordem administrativa planejamento organizacional, que respaldam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança dos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção, bem como as prescrições da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), pertinente aos serviços de que trata esta despesa;
- h)** Declaramos para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possuímos em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

EMPRESA LICITANTE
CNPJ

_____, em _____ de _____ de 2025.

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº _____/_____
PROCESSO Nº _____/2025
- PREGÃO ELETRÔNICO -**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ E A EMPRESA:

Aos _____ (_____) dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e cinco a CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 34.476.077/0001-54, com sede na Avenida Capitão Silvio, 1446, neste ato representado pelo Excelentíssimo Presidente Sr. JAIR SILVA GOMES, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF sob o n.º _____ e Registro Geral sob o n.º _____ SSP/_____, e de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º: _____, com sede a Av/Rua. _____, n.º _____, Setor _____ – Município de _____, Estado de Rondônia, doravante denominada de CONTRATADA representada pelo Sr. _____, portador do CPF n.º: _____ e RG n.º: _____ – SSP/_____, resolvem celebrar o presente instrumento, como forma de Execução Indireta pelo menor preço por lote, de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico n.º. ____/2025, Processo n.º: ____/2025, tudo em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e Lei Complementar n.º 123/2006, na forma a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, inciso I):

A formação de Registro de preços para eventual e futura aquisição de aparelhos de ar-condicionado, destinados ao atendimento das necessidades estruturais da Câmara Municipal, nos moldes especificados no Termo de Referência, parte integrante do edital de Pregão Eletrônico.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR OU AO ATO QUE TIVER AUTORIZADO A CONTRATAÇÃO DIRETA E À RESPECTIVA PROPOSTA (art. 92, inciso II).

A CONTRATADA obriga-se a acatar as condições previstas no edital de Pregão eletrônico, bem como todos os documentos acessórios e manter o preço durante o período da contratação, nas condições previstas na proposta e as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, inciso III).
Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – O REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, inciso IV).

O regime de execução do presente Contrato será de forma direta – com entrega parcelada de mercadorias, conforme solicitado, em atendimento a previsão no Termo de Referência, parte integrante do Edital de Pregão Eletrônico.

Parágrafo Único. O prazo para entrega das mercadorias será de até 03 (três) dias úteis após a solicitação pela Câmara Municipal, consistindo em infração contratual o não cumprimento do prazo ou a falta de justificativa para eventual atraso.

CLÁUSULA QUINTA - O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, inciso V):

O valor do presente instrumento Contratual, é de R\$: ____ - (_____) de acordo com os valores especificados na Proposta.

Condições e forma de pagamento: conforme entrega das mercadorias, mediante apresentação da nota fiscal respectiva, no prazo de até quinze dias.

Reajustamento: Os possíveis pedidos de Reajuste/Equilíbrio-Financeiro, deverão ser protocolados junto a Secretaria Geral da Câmara, pelos meios de comunicação legais, a qual é responsável pelo gerenciamento de preços, que avaliará a justificativa do pedido e deferimento.

Crítérios de atualização monetária: Apenas em caso de reajuste para manutenção do equilíbrio-financeiro, pelos índices oficiais do Governo Federal.

CLÁUSULA SEXTA: OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO (art. 92, inciso VI):

Não se aplica.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CLÁUSULA SÉTIMA: OS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, inc. VII):

Não se aplica.

CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, Inc VIII):

A despesa com a execução da presente Pregão será por conta da Dotação Orçamentária conforme a seguir: Órgão n.º _____; Unidade _____; Programa de trabalho _____; Elemento de Despesa _____; serviços _____. EMPENHO N.º: _____.

CLÁUSULA NONA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO (Art. 92, Inc X):

Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (Art. 92, Inc XVII)

A CONTRATANTE obriga-se a Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega das mercadorias objeto da licitação;

Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados no instrumento convocatório;

Fiscalizar o recebimento das mercadorias, designando servidor para acompanhar a execução do contrato, podendo sustar ou recusar quaisquer mercadorias não solicitadas ou que não estejam de acordo com as exigências estipuladas tanto neste Termo quanto no instrumento de contrato;

Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº. 003/2025.

§ 1º A CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da entrega, as mercadorias desta licitação, se estes não estiverem de acordo com a Proposta do edital.

§ 2º. Fica a CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ /RO, após a entrega das mercadorias, obrigada a efetuar pagamento concernente ao objeto do presente, mediante a emissão de nota fiscal dos serviços.

§ 3º. O desembolso máximo por período será efetuado conforme a liberação dos recursos, de acordo com a disponibilidade dos recursos financeiros.

§ 4º. Não será efetuado qualquer tipo de adiantamento ou antecipações de pagamentos no objeto desta licitação.

§ 5º. As penalizações por atraso no pagamento consistirão apenas na atualização financeira prevista no § 4º.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO, OU PARA A QUALIFICAÇÃO, NA CONTRATAÇÃO DIRETA (Art. 92, Inc. XVI):

O CONTRATADO obriga-se a manter as condições editalícias durante toda a duração do contrato entabulado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (Art. 92, Inc. XVII):

A parte contratada compromete-se a cumprir a legislação específica sobre a reserva de vagas para o deficiente físico e aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO (art. 92, inciso XIX).

A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, unilateralmente, caso a parte contratada descumpra o contrato, no todo ou em parte.

Parágrafo Único - Na ocorrência da rescisão prevista no “caput” desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre a CONTRATANTE, em virtude desta decisão, salvo o pagamento dos serviços já realizados e devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES E MULTAS :

O não cumprimento do objeto do Contrato, e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções à CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações.

§ 1º - As sanções de que trata o “caput” desta cláusula, poderão ser das seguintes naturezas: Advertência; Multa; Rescisão do Contrato;

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Câmara Municipal.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração os prejuízos causados, após decorrido o prazo da sanção aplicada.

§ 2º. Fica fixado o percentual de 0,5% sobre o valor da adjudicação, a título de multa de mora, por dia de atraso na execução dos serviços, até o 10º (décimo) dia, salvo comprovadamente justificado pela empresa e aceito pelo PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL;

§ 3º. Ultrapassado o prazo acima mencionado, a empresa adjudicatória ficará sujeita, ainda, à multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor adjudicado.

§ 4º. O valor da multa aplicada será descontado do pagamento e, quando for o caso, cobrado judicialmente.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

§ 5º. As sanções previstas alíneas “a”, “c”, “d” e “e”, poderão ser aplicadas cumulativamente com a alínea “b”, facultado a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO.

Na forma do que dispõe o artigo 117 da Lei 14.133/21, fica designado o Fiscal de Contratos desta Câmara para acompanhar a execução e fiscalizar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO.

As partes contratantes elegem o Foro do Município de São Miguel do Guaporé/RO, como único competente para dirimir as questões que por ventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

São Miguel do Guaporé /RO, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE
CNPJ

CONTRATADA
CNPJ

TESTEMUNHAS:
